



Munich Personal RePEc Archive

**INEQUALITY AND POVERTY: A
review of selected texts by Hausman and
McPerson, Amartya Sen and Amartya
Sen and Anand**

Batista, Alexandre Ricardo de Aragão

13 December 2016

Online at <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/97556/>
MPRA Paper No. 97556, posted 16 Dec 2019 12:08 UTC

DESIGUALDADE E POBREZA: Uma revisão de textos selecionados de Hausman e McPerson, Amartya Sen e Amartya Sen e Anand

ALEXANDRE RICARDO DE ARAGÃO BATISA¹

RESUMO

Este trabalho se propõe a fazer uma revisão de textos selecionados de Hausman e McPerson, Amartya Sen e Amartya Sen e Anand, a respeito de desigualdade e pobreza. Em termos de desigualdade, foi encontrada, sinteticamente, a necessidade de especificar os tipos de espaços em estudo, tais como desigualdade de recursos, capacitações, etc. e a questão moral envolvida. Tal análise subsidiou o entendimento da relação existente entre desigualdade e pobreza em Sen. Estudar desigualdade e pobreza implica em observar as diversidades humanas. Estas diversidades envolvem características ímpares das pessoas, sobretudo suas capacitações. Sen defende que pobreza é decorrente da privação destes funcionamentos humanos. A conceituação de pobreza por meio de renda acaba por ser limitada. Desta maneira, mais do que renda, é preciso levar em consideração outras dimensões relacionadas às capacitações, as quais podem ser refletidas em métricas ou índices que facilitam a identificação de pobreza.

Palavras-chave: Desigualdade, Medidas e Análise de Pobreza, Bem-estar

ABSTRACT

This paper aims to review selected texts by Hausman and McPerson, Amartya Sen and Amartya Sen and Anand on inequality and poverty. In terms of inequality, it was synthetically found the need to specify the types of spaces under study, such as resource inequality, skills, etc. and the moral issue involved. This analysis supported the understanding of the relationship between inequality and poverty in Sen. Studying inequality and poverty implies observing human diversity. These diversities involve unique characteristics of people, especially their capabilities. Sen argues that poverty derives from the deprivation of these human functioning. The conceptualization of poverty through income turns out to be limited. Thus, rather than income, other dimensions related to skills need to be taken into account, which can be reflected in metrics or indices that facilitate the identification of poverty.

Keyword: Inequality, Poverty Measurement and Analysis, Welfare

Código JEL: D63, I32, O39, I31

¹ Doutorando em Economia do Desenvolvimento pela FEA-USP. Mestre em Ciências Econômicas pelo IE-UNICAMP. Cientista Econômico pela FEA-USP. Graduando em Matemática Aplicada e Computacional pelo IME-USP.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a fazer uma revisão de textos selecionados de Hausman e McPerson, Amartya Sen e Anand, a respeito de desigualdade e pobreza. Por meio de tais leituras, é esperado encontrar limites que qualifiquem a perversidade de desigualdade e a identificação do que pode ser definido como pobreza.

Os estudos de Hausman e McPerson servem como base de apoio aos textos de Amartya Sen no que se refere à desigualdade. Uma vez que, aparentemente há interconexão com a pobreza, é preciso que se delimite até que ponto desigualdade é aceitável ou não do ponto de vista econômico-filosófico. Os espaços são abrangentes, de modo que é factível encontrar disparidades em termos de bem-estar, oportunidades de bem-estar, recursos e capacitações, a título de exemplificação. Cada perspectiva merece atenção, dificilmente possa se desprezar alguma.

Neste mesmo sentido, a conceituação de pobreza deve ser abordada. Não de uma única maneira, baseada em renda, por exemplo, mas por meio, também, de outras perspectivas. Os textos de Amartya Sen devem ser lidos com atenção, não apenas porque o autor é ganhador de um prêmio Nobel, mas porque o prêmio foi dado a alguém cujo trabalho tem a qualidade de ajudar a definir e identificar pobreza. Esta, não mais vista como uma questão de renda, mas, sobretudo, como uma resultante de privação das capacitações humanas.

Amartya Sen mostra, então, como a definição de pobreza conecta-se com desigualdade. Extrapola os limites filosóficos e ajuda a entender e elaborar índices que permitem esta identificação. Com Anand, incorpora uma visão mais multidimensional ao Índice de Desenvolvimento Humano com o Índice de Pobreza Humana. A riqueza literária dos autores permite, finalmente, ajudar a compreender a contemporaneidade, debatida brevemente, por meios de exemplo, na seção 5.

Além desta Introdução, o artigo se compõe em debates na Seção 2 com Igualdade e Utilitarismo, Seção 3 com Pobreza, Seção 4 com Economia do Bem-Estar, Identificação de Desigualdade e Pobreza, Seção 5 que dispõe uma discussão e Seção 6 com Considerações Finais da revisão aqui documentada.

2. IGUALDADE E IGUALITARISMO

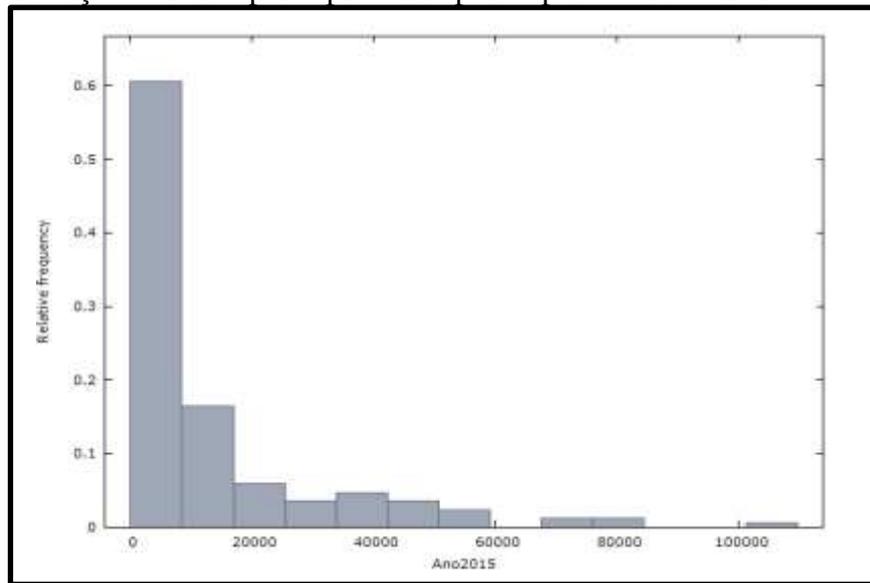
Desigualdade existe e está presente no cotidiano das pessoas. Às vezes, é até necessária, pois abrange diversidades individuais e sociais. Porém, no momento em que se define o ponto em que há sua perversidade, também se está envolvendo julgamentos morais. É preciso, portanto, delimitar o seu escopo. Tome-se, a título de exemplificação, uma métrica comumente utilizada como renda *per capita*. Esta, pode representar, como *proxy*, tanto características inerentes ao indivíduo quanto infraestruturas sociais de um país. Ao ser observado o mapa na figura 1, de acordo com dados do Banco Mundial, para o ano de 2015, não se pode verificar uma distribuição igualitária de renda entre os países. Isto também pode ser visto estatisticamente em termos de distribuição de frequência relativa na figura 2.

Figura 1: Mapa de distribuição de renda entre países



Fonte: Banco Mundial. Disponível em < <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?view=map>>. Acesso em 30/11/2016.

Figura 2: Distribuição de renda per capita entre países para o ano de 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

É perceptível, ao analisar as figuras 1 e 2, que não ocorre distribuição simétrica de renda *per capita*. Visivelmente, mais de 50% dos países estão situados abaixo da renda de 10 mil dólares (a preços correntes de 2015). Tem-se aí, não apenas uma desigualdade de renda, mas também uma disparidade em termos de concentração.

Desigualdades de riqueza são também correlatas a outros tipos de desigualdades. Pessoas com rendas mais altas tendem a possuir melhor saúde, educação, altura, influência política, etc., conforme analisam Hausman e McPerson (2006). E, para tentar encontrar o que há de errado em termos de desigualdades, estes autores pontuam, basicamente, dois grupos moralmente censuráveis:

No primeiro, há desigualdades de certos bens que parecem ser de preocupação moral somente quando estes bens são de importância central - tais como saúde, renda, riqueza ou *status* social - ou quando são correlatos com outros bens que tenham um impacto maior na vida das pessoas.

No segundo, há desigualdades de certos bens através de grupos, tais como desigualdades em esperança de vida ou de renda entre países (conforme ilustrado anteriormente). Grandes disparidades desta natureza podem indicar elevadas magnitudes de privações sociais.

Hausman e McPerson (2006) chamam atenção ao fato de que desigualdade parece ser de enorme importância moral, de modo que não é fácil conceituar o que está errado por si só. Em ordem a decidir o que equalizar, é preciso entender porque alguém deseja

equalizar. Não há problemas que pessoas tenham desigualdades de altura, aparentemente, enquanto que disparidades nutricionais e educacionais levantam questões de censura moral.

No que tange o debate filosófico do propósito do igualitarismo, os autores encontram que uma de suas razões é a eliminação de desvantagem involuntária. Contudo, duvidam que tais desigualdades não desejadas - qualificadas como um mal - seja tanto um princípio moral fundamental, quanto sempre verdade. Uma desvantagem natural ocasionada por uma ação natural como a queda de uma árvore sobre uma pessoa é diferente de vidas sofredoras e sombrias resultantes de interações sociais. Somente coisas que podem ser causadas ou remediadas por ações individuais ou sociais estão sujeitas a julgamentos morais.

Na visão de Hausman e McPerson (2006), desigualdades em circunstâncias materiais não se relacionam diretamente com moralidade ou justiça. Quando as desigualdades nas perspectivas de vida, felicidade, riqueza, etc. são injustas, não é devido a alguma coisa boa ou ruim que as pessoas estão fazendo umas às outras. A desigualdade pode ser ruim porque as perspectivas daqueles que estão piores são ruins. A conexão real entre igualdade e moralidade não reside na comparação entre bens, mas na posição moral.

Os autores afirmam que ao invés de se tomar em consideração que igualdade seja intrinsecamente boa, pode-se argumentar que seu valor é instrumental ou inerente a outros valores. Contemporaneamente, as desigualdades geralmente envolvem miséria no conjunto de pessoas que estão piores. Esta miséria provê uma forte razão moral para censurar a desigualdade, embora não esteja baseada no fato de que há algo intrinsecamente ruim na desigualdade por ela mesma. Ainda que não haja necessariamente conexão com o igualitarismo, uma preocupação humanitária para aqueles cujas perspectivas de vida são pobres, é uma das principais bases morais que apoiam políticas igualitárias. A preocupação reside não na desigualdade em si, mas na fome do faminto, na necessidade dos necessitados e por aí em diante.

Outra discussão encontrada em Hausman e McPerson (2006) é a questão entre “igualdade e prioridade”. Igualitarismo pode refletir benevolência simples ou compromisso de maximizar bem-estar. Por outro lado, pode refletir a visão de que aqueles que estão em pior situação deveriam ter certa prioridade sobre aqueles que estão em melhor. Contudo, nem um igualitarismo fundamentalista e nem o prioritarismo são suficientemente satisfatórios para fornecer uma consideração do que é perturbador a respeito das desigualdades. Não respondem à questão do por que as desigualdades importam. Tampouco

responde o porquê se deveria melhorar o bem-estar daqueles que estão em pior situação mais do que aqueles que estão numa melhor posição.

Para os autores, a miséria, a vergonha, a impotência, a degradação e a servilidade daqueles que são pobres dão boas razões para lutar contra as desigualdades de riqueza. A limitação da liberdade, o atrofiamento do intelecto e da sensibilidade causados pela má educação dão razões para lutar contra as desigualdades na escolaridade. O sofrimento dos doentes e o encurtamento de suas vidas dão razões para lutar contra as desigualdades em saúde. A preocupação humanitária com a situação dos que estão mal conduz a uma crítica radical das desigualdades existentes, mas não tem nenhuma conexão necessária nem com o igualitarismo ou prioritarismo.

Com relação aos bens, uma das abordagens que Hausman e McPerson (2006) fazem é o fato de que alguns são "posicionais". Bens podem ser "posicionais" em duas maneiras:

Primeiro, porque os benefícios que proveem dependem de quanto deles os outros têm. Por exemplo, uma educação de elite. Parte dos seus benefícios depende do fato de que apenas um pequeno número de pessoas tem acesso a este tipo de educação ou seu equivalente.

Segundo, o quanto destes que alguém possui depende da posse dos bens posicionais no primeiro sentido. Por exemplo, saúde. Ser alguém saudável depende da posição da pessoa na hierarquia socioeconômica.

Desigualdades em relação aos bens de posição são piores para indivíduos que estão nos escalões inferiores do que àqueles sujeitos às desigualdades com respeito aos bens não posicionais. Reconhecer a importância dos bens posicionais permite perceber custos não distributivos de desigualdades para aqueles com menos bens posicionais.

Sobre a base de um consenso próximo que os igualitaristas deveriam objetivar para anular as desigualdades moralmente arbitrárias entre os indivíduos, a maioria dos igualitaristas têm focado, principalmente na questão do que deveria ser equalizado. Hausman e McPerson (2006) identificam que seriam igualdade de: (1) bem-estar, (2) recursos, (3) oportunidade de bem-estar e (4) capacidades ou "acesso a vantagem".

(1) Igualdade de Bem – Estar:

Economistas podem interpretar que igualitários objetivam equalizar o bem-estar, porque esta é uma noção moral central na economia normativa. Mas interpretar o ideal de igualdade como igualdade de bem-estar também desacredita o ideal aos olhos da maioria dos economistas. Afirmar igualdade de bem-estar é fazer uma comparação interpessoal de

utilidade. Economistas normalmente duvidam que comparações de utilidade sejam possíveis, e não querem que conclusões políticas dependam deles. Em termos dos valores morais subjacentes que a igualdade pode servir, pode-se argumentar que a igualdade de bem-estar promoveria a fraternidade ou igual respeito e um tribunal de subjugação. Contudo, é difícil ver a igualdade de bem-estar como promotora de justiça ou autorrespeito.

(2) Igualdade de Recursos:

Igualitarismo de recursos envolve muitas complexidades, pois seria ridículo que todas as pessoas possuíssem exatamente a mesma cesta de recursos. O que os igualitaristas de recursos querem é que as pessoas tenham cestas equivalentes, não idênticas. O apelo ético deste igualitarismo deriva da intuição de que, uma vez que as pessoas estejam equipadas igualmente com os recursos, o bem-estar que alcançam é decorrente de si próprias e deixa de ser uma questão para a sociedade tentar equalizar. Porém, depender de instituições sociais tais como seguros, tributação e estrutura de mercado, pode acarretar grandes disparidades ou pequenas, em termos relativos, nos resultados, ainda que todos comecem com igualdade de recursos. A questão envolve a situação em que resultados podem depender de habilidades físicas e intelectuais, bem como recursos externos e escolhas. Habilidades produtivas e capacidade de consumo também são recursos relativos - recursos internos -. Os igualitaristas deveriam pensar como equalizar ou planejar algum tipo de compensação neste tipo de problema.

(3) Igualdade de oportunidade para o bem-estar:

Ao se focar as oportunidades para o bem-estar, é possível explicar porque recursos são importantes e fornece um princípio metodológico que permite ponderar sua importância. Contudo, se o bem-estar depende de preferências, procurar igualdade de oportunidades para o bem-estar mostra respeito pelas preferências e, assim, talvez, liga-se até o seu valor respectivo de igualdade. Deve-se questionar se é justo que diferenças nas preferências das pessoas devam levar a diferenças nas quotas de recursos que recebem da sociedade.

(4) Igualdade de Capacitações:

Nesta visão, recursos e características internas dos indivíduos determinam o alcance de resultados que o indivíduo escolhe ou, dito de outro modo, o acesso à vantagem, similar à busca por equalização de capacitações pelos igualitaristas. Porém, existe dificuldade em distinguir as características individuais que afetam as capacitações e as que determinam o uso que os indivíduos fazem de suas capacitações. Especificar quando o acesso à vantagens ou capacidades é igual ou tão difícil quanto especificar quando recursos ou oportunidade

para o bem-estar são iguais. Normalmente as propostas desta abordagem apelam para os argumentos da justiça, na busca de melhorar as chances de vida daqueles que sofrem deficiências.

Por fim, Hausman e McPerson (2006) analisam que olhar a justificação moral de uma preocupação com igualdade não resolve rapidamente a questão do que deve ser igual. Todos os contendores, exceto a igualdade de bem-estar, são razoavelmente plausíveis, e nenhum deles é isento de dificuldades. Pode haver pouca diferença prática entre as políticas destinadas a diminuir as desigualdades nos recursos, igualar as oportunidades de bem-estar, ou atingir a igualdade de capacidades.

3. POBREZA

O primeiro requisito para se conceituar pobreza, conforme observa Sen (1981) é o critério de quem deva ser o foco de atenção. Normas de consumo que especificam pessoas cujos padrões não sejam atendidos, ou linhas de pobreza que identificam indivíduos cujos rendimentos estejam abaixo de tais linhas podem fazer este trabalho.

Contudo, ao se questionar a quem interessa o conceito de pobreza - se (1) apenas aos pobres, (2) apenas aos não pobres ou (3) tantos aos pobres quanto aos ricos -, Sen (1981) descarta (2), sem qualquer apontamento, ainda que haja pouca dúvida que a penúria dos pobres afete o bem-estar dos mais ricos. A questão, neste caso, é saber precisar se este efeito deveria entrar no conceito de pobreza como tal ou se deveria figurar sob o efeito de pobreza. Sua preferência é a última assertiva, pois a pobreza deve ser mais uma característica dos pobres que dos não pobres. Uma definição baseada em (1) limita-se a focar que o conceito de pobreza tem que estar no bem-estar dos pobres como tal, independente de quais influências afeta seu bem-estar. Alternativamente, também considera que (3) tem uma base ampla e irrestrita.

O autor vê que após identificar os pobres e especificar que o conceito de pobreza se preocupa com suas condições, há o problema da agregação. Isso envolve passar da descrição dos pobres a alguma medida global de pobreza, tais como, por exemplo, contar o número de pobres e expressar a métrica por meio de uma proporção. Contudo, por trás de cada medida está um conceito analítico. Se o argumento precedente é correto, então os requisitos de um conceito de pobreza devem incluir dois exercícios distintos não relacionados: (1) um método para identificar um grupo de pessoas como pobres (“identificação”) e (2) um método de

agregar as características do conjunto de pessoas pobres a uma imagem global de pobreza (“agregação”).

Uma concepção que pode ser defendida é a de pobreza como uma deficiência de capacidades básicas para alcançar determinados níveis minimamente aceitáveis. Sen (1992) afirma que funcionamentos relevantes para esta análise podem variar desde aspectos elementares como estar bem nutrido, vestido, alimentado, etc., até realizações sociais como aparecer em público sem se sentir envergonhado, etc.. Contudo, o conceito de pobreza tem ligação estreita com privações causadas por problemas econômicos, ou seja, renda. Mas, uma vez que cada sociedade possui sua característica, a definição “baixa renda” não pode ser exatamente uma boa assertiva, uma aproximação melhor seria “inadequação de renda”.

Com esta ponderação, o autor vê mais abrangência da conversão de renda em capacidade, pois seu tamanho não é o aspecto de fundamental importância. Ao se concentrar apenas no espaço de tamanho de rendas, a extensão da privação das capacidades pode ser subestimada. Além disso, existe uma relação ambígua. A própria privação das capacidades pode privar a obtenção de renda, tais como doenças que dificultam pessoas a trabalhar. Neste sentido, é comum em países pobres uma retroalimentação de desvantagens de capacitações que proporcionam insuficiência de renda, que da mesma maneira impedem que tais barreiras sejam ultrapassadas.

No que concerne à abordagem biológica no assunto, Sen (1981) encontra três problemas.

Primeiro: Há variações significativas relacionadas às características físicas, condições climáticas ou hábitos. Por exemplo, mesmo em um grupo de uma região específica, requerimentos nutricionais são difíceis de precisar.

Segundo: a tradução de requerimentos nutricionais mínimos em requerimentos de comida mínimos depende das escolhas de mercadorias. Para exemplificar, pode parecer fácil resolver um exercício de programação de um problema de dieta. Mas escolher uma dieta de custo mínimo, para atender requerimentos nutricionais específicos de itens de comida a custos específicos, não deixa claro a relevância do custo mínimo.

Terceiro: Para itens que não são de alimentação, requisitos são difíceis de especificar, de modo que o problema é resolvido ao se supor que determinada parte da renda total seja destinada a pagar alimentos. Ao utilizar esta hipótese, custos mínimos de alimentos podem ser usados para derivar requisitos de renda mínima. Contudo, dado hábitos, cultura,

preços relativos, disponibilidade de bens e serviços diferentes, etc., a proporção gasta em alimentos variará.

Mas a abordagem não precisa ser ignorada, o autor percebe que ainda restam alguns bons argumentos:

Primeiro: Embora o conceito de necessidades nutricionais seja vago, inexistente razão particular para supor que o conceito de pobreza deva ser extremamente preciso. Certa quantidade de imprecisão está implícita nos conceitos, e a questão, portanto, não é se os padrões nutricionais são vagos, mas se a imprecisão é do tipo exigido.

Segundo: Para verificar se alguém está recebendo um pacote específico de nutrição, é desnecessário que a pessoa passe pelo procedimento de verificação se tem o nível de renda que seja capaz de adquirir o pacote ou não. Pode-se apenas examinar se a pessoa está, de fato, atendendo a essa exigência nutricional ou não.

Terceiro: Mesmo quando se usa a intermediação da renda, a tradução de um conjunto de normas nutricionais em "linha de pobreza", baseada em renda, pode ser simplificada pela prevalência de padrões específicos comportamentais de consumo dentro da comunidade estudada.

Quarto: Embora dificilmente se possa negar que a desnutrição captura apenas um aspecto da ideia de pobreza, é particularmente importante para muitos países em desenvolvimento. Parece claro que a desnutrição deve ter um lugar central na concepção da pobreza.

No que diz respeito à abordagem da desigualdade, Sen (1981) acha plausível a ideia de que o conceito de pobreza é uma de suas emanções. Transferências de ricos para pobres podem fazer danos substanciais, em termos de pobreza, na maioria das sociedades. A linha de pobreza, usada para identificar os pobres, deve ser desenhada com respeito aos padrões contemporâneos na comunidade em questão. Desta maneira, por obra da desigualdade, os grupos mais pobres se evidenciam diante do resto da comunidade. Portanto desigualdade e pobreza não são independentes, mas também não se subordinam entre si.

O autor prossegue sua análise e avalia que uma transferência de renda de uma pessoa no grupo de renda superior para outra no intervalo de renda média deve, *ceteris paribus*, reduzir desigualdade, porém a percepção da pobreza pode continuar sem ser afetada. Identicamente, um declínio geral da renda que mantém inalterada a medida de desigualdade escolhida pode levar a um aumento da fome, da desnutrição e das dificuldades. Nesta situação, a pobreza permanece inalterada. O papel da desigualdade na prevalência da

pobreza pode, então, figurar na análise da pobreza sem que ambas sejam conceitualmente equivalentes.

Outra abordagem é a por via do conceito de “privação relativa”. Sen (1981) observa que ser pobre tem correlação com privação, e é natural que, para um animal social, o conceito de privação seja relativo. Mas dentro do termo "privação relativa", parece haver algumas noções distintas. Uma destas refere-se ao contraste entre *sentimento de privação* e *condições de privação*, de modo que esta última situação pode não ser independente da primeira. Objetos materiais não podem ser avaliados neste contexto sem referência a como as pessoas os veem, e mesmo que os "sentimentos" não sejam mostrados explicitamente, devem ter um papel implícito na seleção dos "atributos". A dissociação entre "condições" e "sentimentos" não é fácil, pois um diagnóstico objetivo de "condições" requer uma compreensão objetiva de "sentimentos".

Ainda dentro da abordagem de privação relativa, o autor enfatiza outro contraste concernente à escolha de "grupos de referência" para comparação. Para isso, é preciso olhar os grupos com os quais as pessoas estão sendo comparadas. Este horizonte depende da atividade política na comunidade em avaliação, pois o sentimento de privação está intimamente relacionado com as expectativas da pessoa, assim como sua visão do que é justo e do direito de quem possa desfrutar do quê. A abordagem da privação relativa - mesmo incluindo todas as suas variantes - não pode realmente ser, contudo, a única base para o conceito de pobreza. Esta complementa, em vez de suplantá-la, a análise da pobreza em termos de desapropriação absoluta.

Com relação às políticas a serem adotadas frente à pobreza, Sen (1981) encontra pelo menos duas dificuldades com a prática de "definição de política":

Primeiro, a formulação de políticas práticas depende de uma série de influências, além das noções predominantes sobre o que deve ser feito. A política a ser adotada é uma função de uma organização política e depende de vários fatores, incluindo a natureza do governo, as fontes de seu poder e as forças exercidas por outras organizações.

Segundo, ainda que se considere que a "política" não se baseia na política pública propriamente dita, mas em recomendações de políticas amplamente difundidas na sociedade em avaliação, há problemas. Existe uma diferença entre a noção de "privação" e a ideia do que deve ser eliminado pela "política". Por um lado, as recomendações de política devem depender de uma avaliação das exequibilidades, mas por outro, admitir que algumas

privações não podem ser imediatamente eliminadas não é a mesma coisa que admitir que elas não devam ser vistas como privações.

Em termos de comparação de comunidades, Sen (1981) não acha que seja contraditório as seguintes assertivas:

(1) Há menos privação na comunidade A do que na comunidade B em termos de algum padrão comum. Por exemplo, noções de necessidades mínimas prevalentes na comunidade A.

(2) Há mais privação na comunidade A do que na comunidade B em termos de seus respectivos padrões de necessidades mínimas, que são mais elevados em A do que em B.

O autor assevera que é importante notar que as duas questões são distintas uma da outra. Ainda, embora o exercício da "identificação" dos pobres possa ser baseado num padrão de necessidades mínimas (o da "agregação"), isto requer algum método de combinar privações de diferentes pessoas em algum indicador global. Neste contexto de arbitrariedade da "descrição agregada", é tentador redefinir o problema como um exercício "ético", tal como na mensuração de desigualdade econômica. Mas exercícios éticos envolvem ambiguidades semelhantes. Resta pouca alternativa ao aceitar o elemento de arbitrariedade na descrição da pobreza e tornar este elemento tão claro quanto possível, pois a noção de pobreza de uma nação tem algumas ambiguidades inerentes.

4. ECONOMIA DO BEM-ESTAR, IDENTIFICAÇÃO DE DESIGUALDADE E POBREZA

Na análise de Sen (1992), para que se possa avaliar a desigualdade, é preciso considerar tanto a pluralidade dos espaços nos quais a desigualdade ocorre, quanto a diversidade dos indivíduos envolvidos. As pessoas têm vantagens e desvantagens relativas que, ao serem comparadas, podem ser vistas em muitas perspectivas diferentes tais como liberdades, direitos, rendas, recursos, etc.. Ao se medir a desigualdade, esta é feita com algum propósito, com alguma motivação subjacente. Assim, as seleções de suas medidas teriam de ser particulares e à luz de tais propósitos.

O autor argumenta que as comparações no espaço de funcionamentos (ou capacitações) das pessoas podem parecer mais relevantes para a análise do bem-estar do que no espaço de rendas, bens primários ou recursos. Todavia, levar este tipo de avaliação não pode ser feito como uma preferência incondicional. Apesar da distribuição de renda dar

pouca ideia das desigualdades de bem-estar, não significa que não haja interesse direto. Efeitos causados por esta variável podem ajudar a compreender, por exemplo, insatisfação social ou o papel da política pública.

Já para avaliar vantagem individual, Sen (1992) vê que a posição de uma pessoa deve ser julgada, positivamente, em termos do nível de realização, ou negativamente, em termos de insuficiência *vis-à-vis* o que ela poderia ter realizado maximizadamente. Tais abordagens produzem resultados diferentes devido a duas razões distintas:

1) Caso o valor máximo calculado a partir de insuficiência variar de pessoa para pessoa, então os aproveitamentos absolutos ordenados podem diferir de suas respectivas insuficiências.

2) Ainda quando um mesmo valor máximo é tomado para todos, pode ocorrer diferenças, pois comparações podem não ser tomadas em termos absolutos, mas numa escala proporcional de insuficiências e aproveitamentos.

Conforme exposto anteriormente, a medição de pobreza pode ser dividida em duas operações distintas: a identificação dos pobres e a agregação das suas características de pobreza numa medida global. O caminho mais comum para a identificação é por meio de um conjunto de cestas básicas necessárias. A incapacidade de atender tais necessidades configura um teste de pobreza. Entretanto, o embate que Sen (1981) traz à tona é saber se estas necessidades básicas estão melhor especificadas em termos de mercadorias ou em termos de características.

Trigo, arroz, batatas, etc, são *commodities*, enquanto calorias, proteínas, vitaminas, etc, são características destes produtos que os consumidores procuram. Se cada característica pudesse ser obtida de apenas uma mercadoria, então seria fácil traduzir as necessidades de características em necessidades de bens. Mas dificilmente é o caso, pois requisitos de características não especificam requisitos de mercadorias. Para exemplificar, calorias são necessárias para a sobrevivência, mas nem trigo e nem arroz são. Além disso, hábitos regionais e sociais podem fazer com que necessidades de características sejam diferentes entre comunidades.

Na identificação dos pobres para um dado conjunto de "necessidades básicas", Sen (1981) vê ser possível usar pelo menos dois métodos alternativos:

Um, verificar o conjunto de pessoas cujas cestas de consumo real deixam algumas necessidades básicas insatisfeitas, o chamado "método direto", e não envolve o uso de noção de renda.

Dois, o “método da renda”, cujo primeiro passo é calcular o rendimento mínimo, no qual todas as necessidades mínimas especificadas são satisfeitas. O próximo passo é identificar aqueles cujos rendimentos reais estão abaixo dessa linha de pobreza.

O "método direto" e o "método do rendimento" não são duas formas alternativas de medir a mesma coisa, mas representam duas concepções alternativas da pobreza. O método direto identifica aqueles cujo consumo real não atende às convenções aceitas de necessidades mínimas, enquanto o método de renda identifica aqueles que não têm a capacidade de satisfazer essas necessidades dentro das restrições comportamentais típicas dessa comunidade. Uma pessoa pobre, nessa abordagem, é aquela cuja renda não é adequada para atender às necessidades mínimas especificadas de acordo com o padrão de comportamento convencional.

O método de renda, de acordo com o autor, tem a vantagem de fornecer uma métrica de distâncias numéricas da "linha de pobreza", em termos de queda de renda. O "método direto", apenas aponta a queda de cada tipo de necessidade. Por outro lado, o método do rendimento é mais restritivo em termos de pré-condições necessárias para a identificação. Se o padrão comportamental de consumo não tiver uniformidade, não haverá um nível específico de renda no qual o consumidor "típico" terá suas necessidades mínimas atendidas. E se os níveis de preços de diferentes grupos de pessoas diferirem entre classes sociais, grupos de renda ou localidades, então a linha de pobreza será específica do grupo, mesmo quando se consideram normas e hábitos uniformes de consumo.

No tocante à definição de igualdade entre pessoas, para Sen (1992), esta pode estar em termos de aproveitamentos (onde se comparam os níveis de realização), ou em termos de insuficiência (onde se comparam as insuficiências das realizações efetivas em relação às respectivas realizações máximas). Enquanto a igualdade de insuficiência leva ao igual uso de seus potencial, igualdade de aproveitamento está relacionado aos níveis absolutos de realização. Normalmente, o que se observa é que a literatura econômica de bem-estar que lida com desigualdade ignorou as diversidades humanas, tratou as pessoas como similares, inclusive como possuidoras de idênticos potenciais máximos. A análise mais comumente invocada é a que utiliza o vetor de rendas, e este determina o bem-estar social.

A utilização de renda como mecanismo de criação de um índice para medir desigualdade de bem-estar é útil dentro de um espaço limitado, onde diversidades individuais não são levadas em consideração. Tal limitação também é encontrada na identificação da pobreza. A abordagem dominante especifica uma linha divisória baseada

em renda, de modo que as pessoas diagnosticadas abaixo de determinado valor são consideradas pobres, conforme dito anteriormente. A chamada “incidência” - ou *head count* - determina que a partir deste ponto seja feita uma contagem do número de pessoas neste grupo. O índice de pobreza é a proporção total da população abaixo desta linha de pobreza.

Sen (1992) observa que a medição *head count* identifica os pobres e agrega parâmetros estatísticos com respeito aos identificados (em que deriva um índice global de pobreza). Estes dois exercícios são distintos, mas interrelacionados. A identificação é feita ao se utilizar a renda relativa à “linha de pobreza” como divisão. Já a agregação é feita ao se contar o número de pobres e a proporção H - taxa de incidência ou *head-count ratio* – de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Os problemas, identificados pelo autor, consistem no fato de que agregar por intermédio de tal incidência não contempla que as pessoas possam estar um pouco abaixo ou muito abaixo da linha, bem como a distribuição de renda possa estar ou não desigual. Contudo, existe outro índice de incidência, o chamado hiato de renda ou *income gap*. O procedimento mede a renda adicional que seria necessária para elevar todos os pobres até atingir o nível da linha de pobreza. Isto é, seria o ganho mínimo e suficiente para eliminar a pobreza. Tal hiato, que seria a insuficiência média I pode ser expresso em termos de *per capita*.

Contudo, a taxa I é insensível ao número de pessoas envolvidas e considera apenas a insuficiência média dos indivíduos pobres em relação à linha de pobreza. Embora, à primeira vista, possa existir a crença de que as duas métricas possam fornecer uma base informacional adequada para a medição de pobreza, isto não acontece. O exemplo de Sen (1992) é de que a transferência de renda de um pobre para alguém mais pobre, mas abaixo da linha de pobreza deixa H e I inalterados. É necessário outro parâmetro estatístico, neste caso alguma medida de desigualdade, o qual poderia ser o coeficiente Gini.

Para solucionar a questão, Sen (1981) apresenta duas derivações axiomáticas que convergem a uma medida de pobreza:

O axioma de "Privação relativa classificada" (axioma R), que centra-se na distribuição de renda entre os pobres, e pode ser combinado com o tipo de informação que é apresentada pela medida H e a relação I no caso especial em que todos abaixo da linha de pobreza têm o mesmo rendimento (de modo que não há problema de distribuição entre os pobres).

O axioma da "Privação Absoluta Normalizada" (axioma A), que aparece no caso especial em que todos os pobres têm o mesmo rendimento. H e I juntos podem dar boa idéia da extensão da pobreza em termos de privação total. Uma vez que o problema da distribuição relativa entre os pobres não surge neste caso especial, é suficiente uma medida que se resume a uma função de H e I nestas circunstâncias. Uma representação simples é o produto HI .

Ao se impor os dois axiomas a um formato bastante geral da medida da pobreza como sendo uma soma ponderada das diferenças de renda, encontra-se uma medida precisa da pobreza. Esta medida pode ser calculada pela equação (1):

$$P = H \{I + (1-I) G\} \quad (1)$$

Em que P é a medida de pobreza; H reflete o número de pobres; I reflete o hiato de pobreza agregado; G é o coeficiente Gini que reflete a desigualdade de distribuição de renda abaixo da linha de pobreza.

Já o processo de desenvolvimento no mundo contemporâneo, conforme Anand e Sen (1997), pode ser analisado em duas formas diferentes:

Pela "perspectiva conglomerativa", caracterizada em termos de progresso sendo feito por diferentes grupos em cada comunidade, ao se colocar ponderações tanto nas riquezas dos ricos quanto dos pobres.

Pela "perspectiva de privação", um ponto de vista mais especializado, em que o desenvolvimento é julgado pelo jeito que os pobres são privados em cada comunidade. O foco são aqueles que são forçados a viver privações na vida.

Ambas as perspectivas não são substitutas de cada outra, pois são necessárias para a compreensão do processo de desenvolvimento. Neste sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) toma a perspectiva conglomerativa e, para a perspectiva de privação, os autores recomendam o Índice de Pobreza Humana (IPH). Os índices são variantes similares, conforme pode ser visto no quadro 1. A diferença é que o IPH adota uma maior focalização nos pobres.

Quadro 1: Características das abordagens de IDH e IPH

IDH	IPH
Esperança de vida ao nascer	Proporção de pessoas esperadas a morrer antes de 40 anos (exemplo)
Taxa de matrícula	Porcentagem de pessoas que são analfabetas
Renda <i>per capita</i>	Ponderação entre: <ul style="list-style-type: none"> - porcentagem da população sem acesso à saúde - porcentagem da população sem água potável - porcentagem de crianças que estão desnutridas

Fonte: Elaboração própria a partir de Anand e Sen (1997)

De acordo com Anand e Sen (1997), a pobreza é uma das piores formas de privações humanas, ela envolve não apenas a falta de necessidade de bem-estar material, mas também a negação de oportunidades de viver uma vida tolerável. A vida pode ser prematuramente encurtada, dolorosa, roubada de dignidade, dentre outras mazelas. Medidas de pobreza baseadas em renda se concentram apenas em uma espécie de privação, a renda. O IPH tenta avaliar a pobreza de uma maneira multidimensional. Tenta examinar diferentes características de privação na qualidade de vida e chega a um julgamento agregado sobre a extensão da privação global dos empobrecidos.

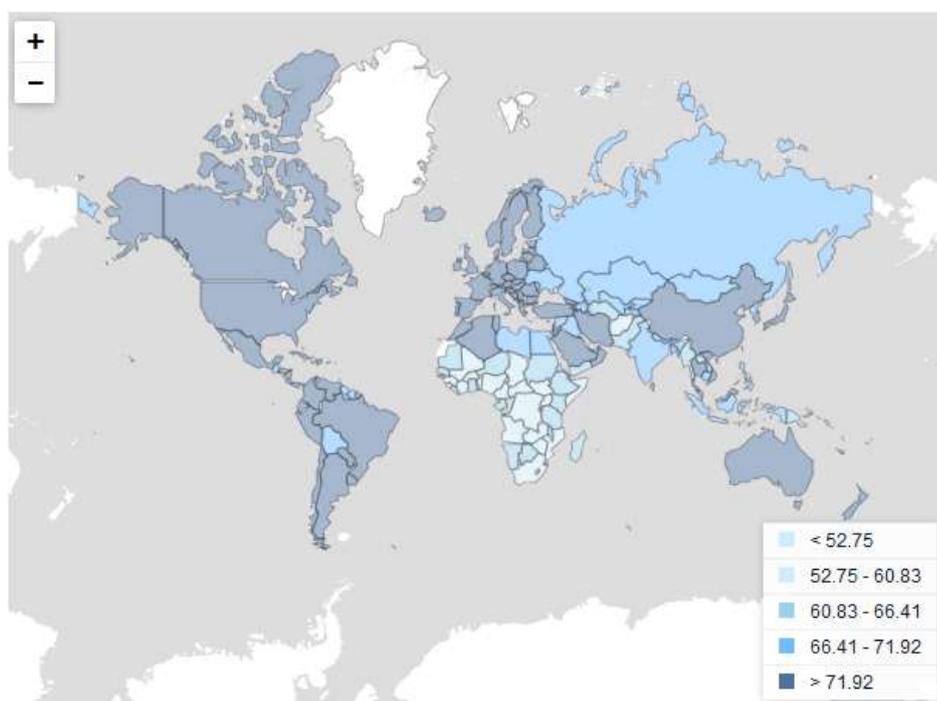
5. DISCUSSÃO

A introdução, neste trabalho, do texto de Hausman e McPerson (2006) é pertinente aos textos selecionados de Sen e Sen e Anand. O principal aspecto a ser percebido é que ainda que nem todos os espaços de desigualdade sejam preenchidos com pobreza, quando esta existe, contudo, é difícil que não haja desigualdade. Desigualdade por si só pode não ser ruim, dependerá do objeto de estudo abordado. E cada objeto de estudo pode estar inserido num contexto individual ou social. Técnicas metodológicas extremamente genéricas tais como uma linha de pobreza baseada em renda, podem causar distorções de resultados e prover avaliações incoerentes. Assim como Hausman e McPerson (2006) chamam a atenção para os tipos de desigualdades e a necessidade de focalização (porque envolve julgamentos

morais), os textos de Sen também convergem para esta mesma necessidade no que diz respeito à pobreza e, mais ainda, para o caráter derivado situacional. Ou seja, características determinantes de pobreza originadas, sobretudo, de privações de funcionamentos – ou capacitações – do ser humano.

Ora, tomem-se por base as desigualdades encontradas nas figuras 1 e 2 da seção 2. Ainda que haja uma enorme distorção de renda entre os países, o que podem indicar problemas infraestruturais ou sociais nos adensamentos de menor renda, isso não significa que exatamente todos os países vivam em extrema miséria e/ou as pessoas estejam sob privações excessivas. Outra abordagem poderia ser a vista na figura 3 em que apresenta o Mapa de Expectativa de vida nos países, de acordo com dados do Banco Mundial, para o ano de 2014. Pode-se observar, neste caso, menor desigualdade entre os países.

Figura 3: Mapa de expectativa de vida nos países para o ano de 2014



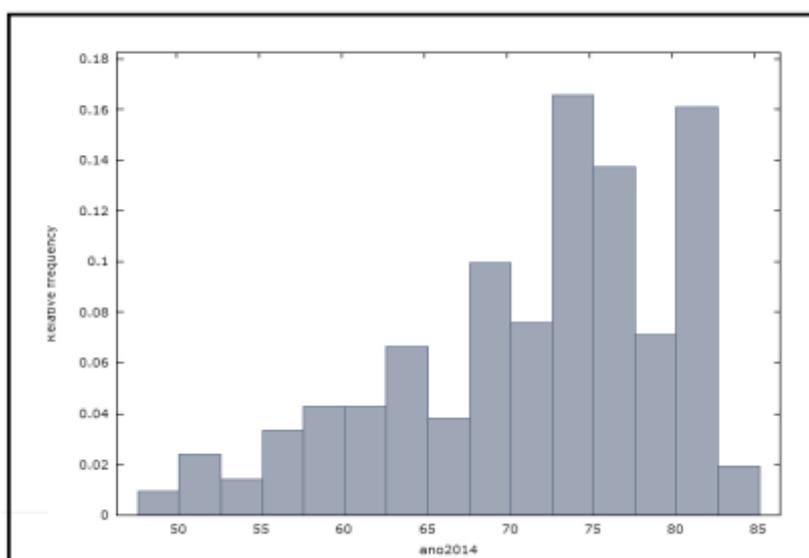
Fonte: Banco Mundial. Disponível em < <http://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?view=map>>. Acesso em 4/12/2016.

Para uma melhor visão estatística, ao se observar a figura 4, é possível ver que a expectativa de vida entre os países, para o ano de 2014, de acordo com o Banco Mundial, é ainda desigual. Mas sua distribuição não está tão assimétrica em comparação com a figura 2 de renda *per capita*. Além disso, a maior parte dos países está concentrada numa faixa entre 67 anos e 85 anos. Numa análise bidimensional, a título de ilustração, de acordo com dados

do Banco Mundial, para o ano de 2013, a renda *per capita* de Cuba era de aproximadamente 6789 US\$ e sua Expectativa de vida era de 79 anos. A renda *per capita* dos Estados Unidos era de 52660 US\$ e sua expectativa de vida era de 78 anos. Aparentemente, renda e expectativa de vida não parecem se correlacionar.

Contudo, o que é mais surpreendente não é a questão da desigualdade *per se*, mas sim, como visto ao longo dos textos selecionados, a questão do valor absoluto e a moral envolvida. Neste caso, não se está falando em renda, ou valores, ou bens, fala-se a respeito de vida. A desigualdade existente entre a distância de acima de 80 anos para abaixo de 50 anos, ambos os extremantes, é aberrante. Está claro que os países no extremo baixo possuem algum problema inerente à pobreza ou privações humanas, tais como guerras. É esse tipo de análise que os textos de Sen, com a contribuição introdutória de Hausman e McPerson chamam a atenção.

Figura 4: Distribuição de expectativa de vida entre países para o ano de 2014

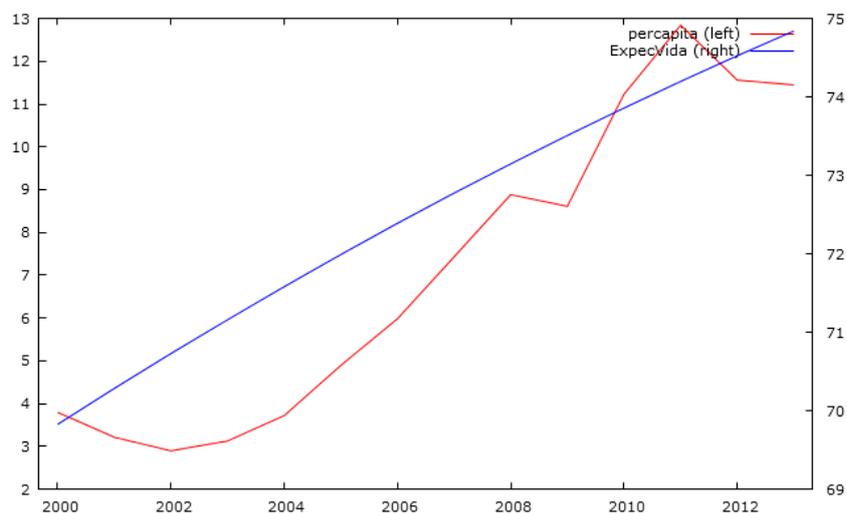


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

Como bem observado, ao longo dos textos selecionados, para se conceituar e identificar pobreza, não basta apenas utilizar uma métrica baseada em uma linha de renda. Um espaço unidimensional é muito limitante, outras necessidades devem ser levadas em consideração, uma abordagem multidimensional seria mais apropriada. Por exemplo, ainda na questão da longevidade, tome-se a expectativa de vida brasileira entre 2010 e 2013, com dados do Ipeadata, e seja esta confrontada com renda *per capita* no respectivo período. Suponha por hipótese que sejam eventos independentes entre si. O que se observa é a

existência de uma correlação de aproximadamente 0,94, como se vê na figura 5. Fica difícil, à primeira vista, negar que uma coisa não esteja implicando outra².

Figura 5: Expectativa de vida e renda *per capita* (1000 US\$ de 2010) no Brasil – 2010 a 2013



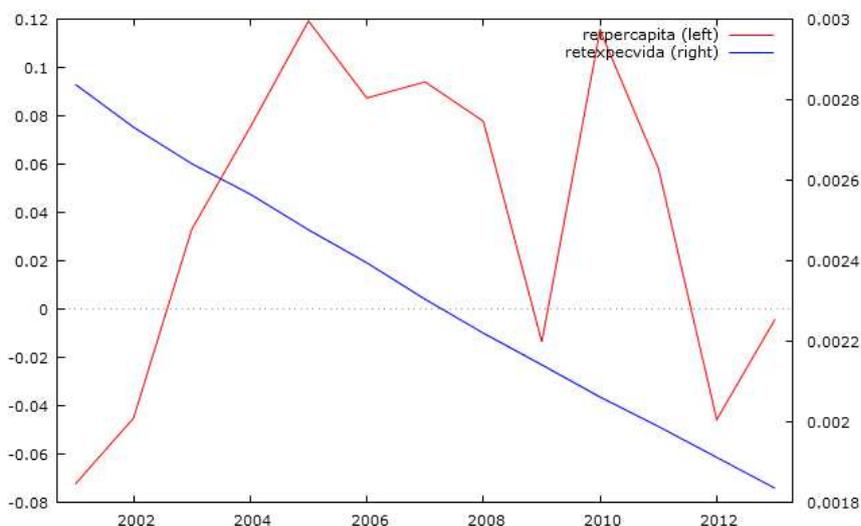
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata

Porém, uma análise em termos de retornos logarítmicos, apresenta maior volatilidade na renda e certa linearidade com taxas marginais decrescentes na expectativa de vida, conforme pode ser visto na figura 6. Ora, como bem notado na teoria explicitada no texto, a própria questão biológica do ser humano causa certa privação. Não será com um rendimento de milhares de dólares a mais que a expectativa de vida saltará, existe uma limitação física natural. Supondo a mesma hipótese anterior de independência de eventos, a correlação, neste caso ficou em aproximadamente -0,14. Ou seja, a dimensão expectativa de vida em termos de taxas de retorno praticamente indica nenhuma implicação entre uma variável e outra, por esta análise.

A renda, neste experimento, se for utilizada como métrica para explicar a expectativa de vida ao nascer, por meio de alguma “linha”, nada explicará. E se a expectativa de vida for característica de alguma privação, carecerá de alguma análise mais profunda além da renda.

² Desconsidera-se, aqui, uma tendência natural ou uma possível regressão espúria, por hipótese.

Figura 6: Retornos logarítmicos de expectativa de vida e renda *per capita* no Brasil – 2010 a 2013



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata

Assim, uma vez que seja estabelecida uma linha de pobreza com relação à renda, ou algo similar, esta fornecerá uma análise, na concepção de pobreza, limitada. Conforme exposto, Sen (1981, 1992) chegou na equação (1) com o intuito de prover uma métrica mais abrangente. De fato, esta tem propriedades interessantes. Ao se colocar o coeficiente Gini, consegue-se identificar, matematicamente, a importância da desigualdade na identificação de pobreza. Por exemplo, de (1) é possível maximizar em relação à G , conforme os passos a seguir:

$$\partial P / \partial G = H - HI = 0$$

$$H(1-I) = 0, \text{ então}$$

$$H = 0 \text{ ou } IH = H \rightarrow I = 1$$

Após maximizar G , se $H = 0$, então não há pobreza. Em contrapartida se $I = 1$ significa pobreza absoluta. Ou seja, dada uma igualdade/desigualdade extrema, pode-se caminhar em uma destas duas possibilidades.

Por fim, deve-se destacar que nos textos selecionados de Sen, não há o desprezo da importância da renda como fator metodológico de identificação de pobreza. Há a sugestão de um uso comedido e atenção ao objeto de pesquisa ao fazer uso de tal ferramenta. Um exemplo é a utilização do IDH e do IPH como instrumentos de análise. O IPH como variante

do IDH aborda questões mais profundas, ou multidimensionais. No que diz respeito ao estudo da pobreza, não existe exclusão de um índice em detrimento de outro e vice-versa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi realizado uma revisão de textos selecionados de Amartya Sen, Sen e Anand, e Hausman e McPerson. O texto de Hausman e McPerson serviu como apoio introdutório, pois trouxe o debate econômico-filosófico a respeito de desigualdade. Foi encontrada, de maneira sintética, a necessidade de especificar os tipos de espaços em estudo, tais como desigualdade de recursos, bem-estar, capacitações, etc. e a questão moral envolvida, se é algo perverso ou não.

Tal análise forneceu subsídios para entender a relação existente entre desigualdade e pobreza encontrada nos textos selecionados de Sen. A questão da desigualdade implica na necessidade de observação das diversidades humanas. Estas diversidades envolvem características ímpares das pessoas, sobretudo suas capacitações (ou funcionamentos). A defesa encontrada em Sen é que pobreza é decorrente da privação destas capacitações. Portanto, ao se realizar alguma forma de identificação por meio de renda, ainda que não se possa desprezar sua importância, é limitada para a conceituação de pobreza. Desta maneira, mais do que renda, é preciso levar em consideração outras dimensões relacionadas às capacitações, as quais podem ser refletidas em métricas ou índices que facilitam a identificação de pobreza.

Por fim, foi realizada uma discussão cujo intuito foi mostrar a importância e a atualidade a respeito do debate. Para isto, foram utilizados alguns exemplos contemporâneos e, também, ponderações convenientes por meio dos textos analisados. O assunto é inesgotável tanto no campo teórico, quanto no campo empírico, devendo ser, portanto, continuamente estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAND, Sudhir; Sen, Amartya. **Concepts of Human Development and Poverty: a multidimensional perspective**. New York: UNPD, 1997.

HAUSMAN, Daniel M.; MCPHERSON, MICHAEL S.. **Economic Analysis, Moral Philosophy and Public Policy**. 2a. ed.. New York: Cambridge University Press. Cap. 11.

Ipeadata. **Produto Interno Bruto (PIB) per capita - referência 2000**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 6/12/2016.

_____. **Esperança de vida ao nascer**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em 6/12/2016.

SEN, Amartya. **Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981. Cap. 2 e 3.

_____. Trad. Ricardo Doninelli Mendes. **Desigualdade Reexaminada**. São Paulo: Editora Record, 2001 [1992]. Cap. 6 e 7.

WORLD BANK. **Indicators**. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em 6/12/2016.